

CONSERVADORISMO OU TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 20.11.1984

A transição para a democracia hoje em curso no Brasil sob a égide de Tancredo Neves não é obviamente a transição revolucionária que os utopistas desejariam, mas também não é a transição conservadora, a “conciliação das elites”, que certos críticos, como Francisco Weffort, pretendem.

Weffort publicou recentemente um livro, Por que democracia?, que é ao mesmo tempo um manifesto político utópico e uma brilhante análise política. Nesse livro ele afirma a certo modelo: “o comando militar dos presidentes condiciona o perfil conservador da transição. E este reforça a hegemonia liberal no âmbito das oposições. Abre-se assim a perspectiva de um projeto, tão tradicional quanto elitista, de ‘conciliação nacional’, do qual o ex-governador de Minas, Tancredo Neves, é o expoente máximo” (p.87).

Esta frase possui uma certa veracidade na medida em que, de fato, a transição democrática está sendo apoiada inclusive pelos setores conservadores da sociedade. Mas aí termina seu acerto e começam seus equívocos.

Em primeiro lugar, Weffort sugere nessa frase, quando fala no “comando militar” e em outras passagens do livro afirma essa idéia com mais clareza, que a eleição de Tancredo é mais um capítulo da “abertura” idealizada por Golbery, originalmente com o nome de “distensão”. Ora, ao fazer tal afirmação o dirigente petista ignora a diferença fundamental entre “abertura” e “redemocratização”. A estratégia autoritária de postergar e controlar a redemocratização exigida pela sociedade foi a “abertura”. A conclusão “ideal” da “abertura” seria eleição de um candidato do PDS perfeitamente alinhado aos setores mais autoritários do estamento militar e aos grupos mais conservadores e de direita da burguesia. Paulo Maluf foi afinal indicado para assumir esse papel. A escolha hoje já

praticamente certa de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral representa a vitória da redemocratização exigida pela sociedade e a derrota da “abertura” autoritária.

Em segundo lugar, Weffort fala em “conciliação das elites” e pretende que o processo ora em curso reproduza o clássico fenômeno ocorrido em tantos momentos da vida nacional brasileira - em 1982, em 1989, e de forma já um pouco diferente em 1930 - quando, depois da crise política, as elites se realinharam, entraram em acordo e mantiveram para si o comando do país com total exclusão dos trabalhadores e das próprias classes médias.

Ora, não é isto que está ocorrendo no Brasil. Existe de fato uma grande união nacional em torno da candidatura Tancredo Neves. Uma união nacional sem precedentes na história política deste país. Uma união nacional em que a hegemonia ideológica é burguesa, porque, no Brasil, a classe dominante continua sendo a burguesia e o modo de produção prevalecente na formação social brasileira continua sendo o capitalista. Mas uma união nacional da qual os trabalhadores representados no PMDB e presentes na campanha histórica pelas eleições diretas constituem uma força fundamental e atuante. Confundir o Brasil de 1984 com o de 1982, o de 1889 ou mesmo o de 1930 é indesculpável.

Em terceiro lugar, Weffort engana-se ao sugerir que Tancredo Neves seja o representante máximo do conservadorismo no Brasil. Não é fácil definir politicamente o candidato da Aliança Democrática. Sem dúvida ele não é um homem de esquerda, mas certamente não é um representante da direita. E não pode ser considerado um conservador a não ser que cometamos a violência teórica de considerar todos àqueles que não forem de esquerda ou socialista como conservadores. Tancredo Neves teve sempre posições democráticas no campo político e progressista no plano social. Na medida em que tem a confiança da burguesia, sua vitória não representará uma revolução, nem uma ameaça ao sistema capitalista; mas na medida em que tem o apoio das classes médias e dos trabalhadores, seus compromissos com a mudança social e política com o aprofundamento da democratização e com uma distribuição de renda mais justa acabarão por se constituir na marca necessária de seu governo: um governo que, pela natureza dos seus apoios e pelo caráter do seu partido majoritário, será um governo de transição democrática, não de transição conservadora.(20/11)